

Discurso do ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, na sessão de lançamento da Cátedra UNESCO “O Património Cultural dos Oceanos”

Universidade Nova de Lisboa, 21 de junho de 2016

1.

Agradeço o convite para intervir nesta sessão, o que me dá enorme prazer. Começo por saudar, na pessoa do reitor da Universidade Nova de Lisboa, toda a comunidade académica aqui presente. Saúdo também, na pessoa da secretária-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e presidente da Comissão Nacional da UNESCO, os funcionários e técnicos da Comissão Nacional e o seu trabalho. E saúdo todas e todos os convidados, agradecendo em especial a presença dos representantes do ministro da Defesa e da ministra do Mar.

Em primeiro lugar, deixem-me tentar enquadrar esta cátedra naquela que é a sua referência mais global. Na sequência da Segunda Guerra Mundial, o mundo procurou construir um quadro de relações multilaterais em que pudessem caber todos os Estados independentes. Assim, depois do esforço malogrado da Sociedade das Nações, entre as duas Guerras, foi possível edificar o sistema das Nações Unidas, que é o sistema de relações multilaterais mais vasto e ambicioso alguma vez desenhado. Já tinha havido algumas formas de multilateralismo, antes mesmo do século XX; mas foi com o sistema das Nações Unidas que se alcançou um quadro de relações multilaterais virtualmente universal, no sentido em que acolhe todos os Estados independentes. E ele baseia-se num raciocínio simples, de que as relações internacionais mudariam substancialmente, para melhor, se fossem reguladas pelo direito internacional e dirigidas por uma vontade comum aos Estados de respeitar reciprocamente as suas soberanias, seguir o direito e usar a concertação político-diplomática como o instrumento fundamental para fazer avançar interesses comuns e gerir e resolver eventuais litígios ou conflitos.

Ora, é no quadro do sistema das Nações Unidas que se inscreve a UNESCO. Ela é a agência que prossegue os fins gerais da Nações Unidas, em particular o respeito pelos direitos humanos e a promoção da paz e do desenvolvimento, por via da cooperação internacional em quatro áreas fundamentais: a educação, a ciência, a cultura e a comunicação.

Portanto, o princípio fundador e distintivo da UNESCO é de que os fins gerais das Nações Unidas podem ser prosseguidos *também*, e com um valor acrescentado próprio, no grande domínio da cultura e do conhecimento. E ele talvez explique, em parte, outra característica muito singular da UNESCO, que é a preocupação de implantar um duplo enraizamento das suas atividades: no âmbito das relações internacionais e no interior de cada Estado. As Comissões Nacionais da UNESCO são o fator deste segundo enraizamento.

Isto quer dizer uma coisa muito importante. Não valorizamos só a cooperação cultural (em sentido amplo) como um recurso maior para a qualificação das relações internacionais; pensamos ao mesmo tempo que, quanto mais os cidadãos estiverem conscientes dos valores universais da educação, da cultura e da ciência, mais fácil é o relacionamento entre eles, e, portanto, mais fácil é o relacionamento entre os diferentes povos e nações que eles constituem. A atenção à cultura como promotora da paz, do desenvolvimento e da dignidade humana vai, pois, de par com a atenção à diplomacia pública – à informação e tomada de consciência das pessoas e sociedades civis sobre a importância crítica desse papel.

O papel da cultura nas relações internacionais é crescentemente valorizado. Basta pensar que a Comissão Europeia acaba de apresentar, em 8 de junho passado, ao Conselho Europeu e ao Parlamento Europeu, uma comunicação sobre – e cito – “a importância da cultura nas relações internacionais”. O seu propósito é justamente chamar a atenção dos Estados-membros para quão cruciais são, no âmbito mais geral da política externa, a diplomacia cultural e a cooperação cultural.

Percebemos facilmente o potencial da consciencialização pública quando nos interessamos pelo trabalho que as múltiplas Comissões Nacionais da UNESCO vão fazendo nos respetivos países. O que dá razão a todos quantos, como eu, sustentam que

é preciso *dar mais visibilidade* a esse trabalho. É que, como acontece em tantas outras áreas, e não somente em Portugal, nós *sabemos* menos do que realmente fazemos e sabemos demasiado pouco do que outros andam fazendo no mesmo sentido que nós; o que é meio caminho andado para ficarmos em estado de ignorância, julgando às vezes faltar-nos o que de facto já existe, ou, crendo tocar a novidade, duplicarmos inutilmente as iniciativas antes lançadas por terceiros.

Aliás, o que nos reúne, aqui, pode ser já mencionado como exemplo. Ainda hoje li um telegrama da embaixada de Portugal em Telavive, dando conta do sucesso do curso e das conferências que o professor responsável da cátedra UNESCO sobre o património cultural dos Oceanos realizou em Israel, com o apoio da Universidade de Telavive, do Instituto Camões e da embaixada. E assinalando que essa era mais uma iniciativa, no quadro da mesma parceria, já antes tendo havido a jornada de trabalho de outro académico, da Universidade do Porto, com eficácia equivalente. Perguntei-me mentalmente quantos mais o saberiam, além de mim próprio e dos intervenientes diretos; e como poderiam rentabilizá-lo; e como poderiam interpretá-lo e apresentá-lo no quadro de uma sistemática valorização do património e da cultura nacional.

Por conseguinte, se a minha pobre presença puder ajudar a projetar mais e melhor o muito que se faz, tenho todo o gosto em assegurar esse dever de presença.

2.

Quero agora situar esta nova cátedra no quadro das atividades da Comissão Nacional da UNESCO em Portugal. Elas são significativas em todas as quatro grandes áreas a que a agência se dedica. Na educação, releva a presença das 83 escolas associadas. Na cultura, importa valorizar, evidentemente, os 15 sítios e monumentos nacionais inscritos na lista do Património Mundial da Humanidade, mas também as formas culturais, como o fado, o cante ou a arte chocalheira, classificadas como Património Mundial Imaterial, e o novo projeto das Cidades Criativas. Na ciência, o acento deve ser posto quer no trabalho de investigação, quer no de educação científica. E, na comunicação, bastará notar a existência e atividade dos nossos 45 centros e clubes UNESCO.

O que é que quero dizer com isto? Que as cátedras são um instrumento, de entre os muitos de que dispomos para valorizar a educação, a cultura e a ciência como facilitadores de interconhecimento entre as pessoas e os povos e, portanto, como facilitadores de um desenvolvimento comum e pacífico. As cátedras têm em si a grande virtualidade de articular estes vários domínios, associando as valências da ciência e da educação e ensino - e, muitas vezes, como no caso presente, a valência do património cultural.

Por outro lado, elas são também ocasiões, motivos e fóruns para a colaboração de várias entidades. Nesta mesma congregam esforços múltiplos parceiros: e ênfase, entre os parceiros portugueses, a presença de autarquias municipais, de serviços da administração pública enquadrados em diferentes ministérios e de diferentes unidades de investigação; e, entre os parceiros estrangeiros, diversas universidades e o Instituto do Património Cultural de Cabo Verde. Mais uma vez se nota este jogo entre a lógica de enraizamento nacional e a lógica de cooperação internacional que tão tipicamente subjaz à missão da UNESCO.

A cátedra “O património cultural dos Oceanos” combina, como é característico do género, três classes de atividade: a investigação científica; a formação pós-graduada; e a disseminação e divulgação pública do conhecimento. A primeira é absolutamente matricial: na origem está o labor científico, a produção do conhecimento. A segunda é notável pelo seu efeito de consolidação e multiplicação, garantindo recursos humanos com formação avançada e, portanto, potenciais ou efetivos formadores de outros. Mas a terceira não é menos relevante, no espírito da UNESCO, porque a sensibilização e a tomada de consciência (a “conscientização” de que falava o saudoso Paulo Freire) são absolutamente críticas para que a perceção das questões que enfrentamos e das soluções que podemos mobilizar sirva de fundamento para o esforço comum de cooperação cultural e científica, em vista de um mundo mais harmonioso.

Mas há aqui, hoje, um elemento adicional, de grande significado: a nossa cátedra alinha com o desígnio nacional e inscreve-se na estratégia nacional para a valorização dos oceanos. A ligação específica que o país tem e a tematização que regularmente promove, na cena mundial, dos oceanos delineiam um dos seus traços identitários mais

fortes e um dos contributos mais singulares que oferece à comunidade internacional. Não devemos, pois, perder de vista, na estruturação desta cátedra, que ela, para além de se inscrever plenamente nos fins gerais da UNESCO e no figurino das cátedras UNESCO, constitui mais um instrumento ao nosso dispor para puxarmos pela dimensão marítima de Portugal e para tornarmos os portugueses mais conscientes da enorme valia do seu país como nação atlântica e marítima.

3.

Não há dúvida de que, hoje em dia, a UNESCO é uma grande marca. Em sentido técnico e sem nenhum sentido pejorativo. O *marketing* é muito útil, também para as instituições, as cidades, os territórios, as culturas. Percebe-se bem a importância de ter o “selo” da UNESCO associado a diferentes atividades ou recursos, e, portanto, a motivação que, por exemplo, leva tantas câmaras municipais a prepararem insistentemente e cuidadosamente candidaturas às listas de Património Mundial.

“Cátedra UNESCO” é, pois, uma designação, além de legítima, oportuna. É uma boa marca, porque é uma marca que vale, uma marca que tem projeção e que, digamos assim, está do lado certo da História, está do lado bom das nossas inclinações humanas, do lado da ciência, do conhecimento e da descoberta.

Há, depois, uma segunda vantagem. A relação com a UNESCO é também uma boa forma de desenvolvermos a nossa internacionalização, nas áreas críticas e promissoras da cultura, da ciência e do ensino superior.

Mas não nos esqueçamos nunca do que os nossos colegas da Faculdade de Economia chamariam *os fundamentais*. Sendo uma marca útil e sendo uma boa avenida de internacionalização, a UNESCO significa, antes de tudo o mais, um *compromisso*: melhorarmos as condições da nossa coexistência e da nossa cooperação recíproca, no mundo, através de um melhor conhecimento uns dos outros e, assim, de cada um de nós. Para fazê-lo, nada é melhor que a investigação e a educação científica.